

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO DE RECEITA



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES

(Companhia Escola de Transmissão/1945)

BATALHÃO GENERAL MÁRIO DA SILVA MIRANDA

(Processo Administrativo nº 64026.004602/2025-97)

CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx,
QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
1º BATALHÃO DE
COMUNICAÇÕES E

.....

.....

A União, por intermédio do(a) Exército Brasileiro, com sede no(a) Avenida Venâncio Aires, S/N - Centro, na cidade de Santo Ângelo/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.579.618/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, Coronel PLÁCIDO GARCIA TRAVASSOS DOS SANTOS nomeado(a) pela Portaria nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no DOU 109-Sec 2, página 11, de 12 de junho de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ],

sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] ou [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64026.004602/2025-97 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE DO IMÓVEL

1.1. A União Federal é proprietária e legítima possuidora do imóvel administrado pelo Comando do Exército, RS 03-0385, situado à Av. Venâncio Aires, s/n, bairro Centro, CEP 98803-000, no município de Santo Ângelo/RS, e assim se descreve e caracteriza:

Item	Descrição	Quantidade	Característica
1	Salas de atendimento	1	Dimensão: 11,54m x 18,12m - pé direito: 3,11m Área: 209,10m ²
2	Cozinha	1	Dimensão: 3,13m x 7,50m - pé direito: 3,40m Área: 23,47m ²
3	Sala auxiliar	1	Dimensão: 1,70m x 4,27m - pé direito: 3,40m Área: 7,26m ²
4	Sanitários	2	Dimensão total: 4,23m x 4,14m - pé direito: 3,40m Área: 17,51m ²
5	Porta de acesso	2	Porta de abrir, de metal, duas folhas Porta de abrir, de madeira e vidro, uma folha
6	Janelas	15	Janela de abrir, de metal e vidro, tipo basculante
7	Portas Internas	7	Portas de abrir, de madeira

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

8	Visor	1	Fechamento em vidro
9	Teto	5	Forro de madeira Laje em concreto Forro de PVC
10	Paredes	32	Paredes de reboco e pintura Paredes em revestimento cerâmico
11	Piso	4	Revestimento cerâmico
12	Churrasqueira	1	Em alvenaria e revestimento cerâmico
13	Exaustor	1	200 W
14	Fogão	2	Cooktop de 5 bocas e Industrial de 4 bocas
15	Pia	4	De inox, embutidas nos tampos de granito
16	Bancada	5	Bancada em alvenaria com tampo de granito
17	Frigobar	1	70 W
18	Lavatório	2	Bancadas em mármore com cuba de louça embutida
19	Mictório	2	Em louça
20	Chuveiro	1	5400 W
21	Vaso sanitário	2	De louça, com válvula de descarga
22	Lâmpadas fluorescentes	22	20 W
23	Lâmpadas LED	06	09 W

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a Cessão de Uso Onerosa de Espaço, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, com finalidade exclusiva de permitir o funcionamento

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

de cantina de acordo com o CNAE: 5620-1/03 o serviço de alimentação em caráter privativo (exploração por terceiros) para grupos de pessoas em fábricas, universidades, colégios, associações, casernas, órgãos públicos, etc. A escolha do licitante terá por base o MENOR PREÇO por grupo conforme consta na tabela abaixo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA MENSAL	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	1	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope , Sabor: Cola. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Pepsi ou Coca-cola.	217784	Garrafa 2 Litro	1	R\$ 12,09	R\$ 12,09
	2	Achocolatado Apresentação: Líquido , Sabor: Tradicional , Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Nescau (Caixa 180ml) ou Toddynho (caixa 200ml)	463551	Caixa 200 Mililitro	1	R\$ 3,00	R\$ 3,00
	3	Biscoito Sabor: Chocolate E Avelã , Tipo: Wafer , Características Adicionais: Com Recheio. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Bauducco	402680	Pacote 110 Grama	1	R\$ 5,52	R\$ 5,52

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO XX/2025

		(Embalagem 140g) ou Nescau (Embalagem 110g)					
	4	Biscoito Apresentação: Redondo , Sabor: Chocolate , Características Adicionais: Sem Recheio , Classificação: Doce , Aplicação: Alimentação Humana. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Passatempo (Embalagem 130g) ou Nescau (Embalagem 140g), Ambos devem conter recheio.	316062	Unidade	1	R\$ 6,30	R\$ 6,30
	5	Batata Processada Espécie: Inglesa , Tipo Formato: Ondulada , Tipo: Frita , Apresentação: Pronto Para Consumo. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Ruffles (embalagem 68g) ou Doritos (embalagem 75g)	467327	Gramas	1	R\$ 11,50	R\$ 11,50
	6	Pizza Sabor: Variados , Características Adicionais: Mini	456046	Unidade	1	R\$ 11,92	R\$ 11,92

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO XX/2025

		Pizza (Calabresa, frango ou carne, tamanho mínimo 150 gramas)					
	7	Salgados Diversos Tipo: Hamburger De Carne Bovina , Tamanho: Padrão , Aplicação: Alimentação , Sabor: X-Salada , Ingredientes: 01 Pão, 01 Hamburger; 02 Fatias De Queijo E 02 de presunto , Peso: 90 G, Ingredientes Adicionais: Folhas De Alface E 02 Rodelas De Tomate, milho, ervilha, catchup, ovo, bife de 120g a 150g. Deverá ser fornecido produto do tipo X gaúcho prensado com peso mínimo de 500 gramas.	619104	Unidade	1	R\$ 24,99	R\$ 24,99
	8	Salgados Diversos Tipo: Cachorro Quente , Apresentação: Assado Em Forno , Ingredientes: Massa, Salsicha, Mussarela , Peso: 100 G, Características Adicionais: Pronto Para Consumo, Não Congelado. Cachorro quente	363089	Unidade	1	R\$ 11,00	R\$ 11,00

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO XX/2025

		com salsicha de 15 cm, molho de tomate. batata palha, milho, ervilha, catchup e maionese. Peso mínimo de 250g					
	9	Salgados Diversos Tipo: Pastel , Tamanho: Pequeno , Aplicação: Alimentação , Sabor: Carne , Formato: Semi-Circulo , Ingredientes: Farinha De Trigo, Margarina, Óleo E Sal , Peso: 20 G, Características Adicionais: Pronto Para Consumo. O produto deverá conter ovo cozido, temperos, carne e pesagem mínima de 200g	625877	Unidade	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
	10	Salgados Diversos Tipo: Sanduíche Natural , Tamanho: Pequeno , Aplicação: Alimentação , Formato: Cilíndrico , Ingredientes: Pão De Leite, Queijo, Peito De Peru, Alface, Tomate , Características Adicionais: Pronto Para Consumo. O Sanduíche deverá conter no	627120	Unidade	1	R\$ 7,49	R\$ 7,49

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO XX/2025

		mínimo: 1 folha de alface, 2 rodela de tomate, 2 fatias de peito de peru, 2 fatias de queijo mussarela, maionese, catchup e pão do tipo baguete, com peso mínimo de 150g					
	11	Suco Apresentação: Líquido , Sabor: Variado , Tipo: Natural , Características Adicionais: Pronto Para Consumo Em Embalagem Descartável. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Dell valle (lata de 290 ml) ou Tial (Caixa de 250ml)	633549	Unidade	1	R\$ 5,99	R\$ 5,99
	12	Sorvete Tipo: Sorvete - Base Leite , Sabor: Chocolate Branco , Forma Apresentação: Massa / Cremoso. Deverá ser considerado as seguintes marcas: Nestlé ou Kibon (sabor: napolitano) Embalagem 1,5 litro.	470750	Embalagem 1 Litro	1	R\$ 36,00	R\$ 36,00
TOTAL							R\$ 145,80

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1. O Termo de Referência;
- 2.2.2. O Edital da Licitação;
- 2.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da cessão é de 02 anos, prorrogável por até 05 anos, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CESSIONÁRIO, previstas neste instrumento.

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CESSIONÁRIO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.3.4. Haja manifestação expressa do CESSIONÁRIO informando o interesse na prorrogação;

3.3.5. Seja comprovado que o CESSIONÁRIO mantém as condições iniciais de habilitação; e

3.3.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

3.4. O CESSIONÁRIO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.7. A cessão não poderá ser prorrogado quando o CESSIONÁRIO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.8. O prazo de vigência dos contratos de cessão onerosa de bens públicos não são condicionados pela necessidade de disponibilidade orçamentária para cobrir os seus custos.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CESSÃO

4.1. O regime de execução da cessão, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Cessão.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a esta Cessão.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor total mensal da cessão é de R\$ 1.175,90 (um mil cento e setenta e cinco reais e noventa centavos), perfazendo o valor total de R\$ 14.110,80 (quatorze mil cento e dez reais e oitenta centavos) para 01 ano. O pagamento do valor ajustado após o vencimento será acrescido de multa de 10% (dez) por cento e 1% (um) por cento de juros de mora ao mês sobre o valor atrasado.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, como também o consumo estimado de água/esgoto e energia elétrica.

6.2.1. O valor da locação de espaço de uso pelo CESSIONÁRIO é de R\$ 66,94 (sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

6.2.2. O valor do consumo mensal com energia elétrica e água/esgoto é de R\$ 1.108,96

(um mil cento e oito reais e noventa e seis centavos) calculados com base no item 6.1.4. do laudo de avaliação nº 05/2025 RTSM.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CEDENTE e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. O Pagamento será realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), que será atualizado anualmente pela variação apurada no índice (índice informado no Edital da Licitação ou negociado entre as partes, no caso de inexigibilidade ou dispensa de licitação) no período.

7.3. Atribui-se ao presente termo, para todos os efeitos legais e jurídicos, o valor de R\$ 1.175,90 (um mil cento e setenta e cinco reais e noventa centavos).

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

9. São obrigações do CEDENTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CESSIONÁRIO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o CESSIONÁRIO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CESSIONÁRIO;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa

da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao CEDENTE do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7. Aplicar ao CESSIONÁRIO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CESSIONÁRIO, tais como:

9.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto da cessão;

9.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CESSIONÁRIO;

9.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CESSIONÁRIO;

9.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.8.5. demandar a funcionário do CESSIONÁRIO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da cessão; e

9.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CESSIONÁRIO.

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CESSIONÁRIO;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Cessão, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo

para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.12. Comunicar o CESSIONÁRIO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CEDENTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CESSIONÁRIO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

10. O CESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes desta cessão e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CEDENTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CESSIONÁRIO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CESSIONÁRIO

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela cessão, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CEDENTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal da cessão tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto da cessão, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CEDENTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter durante toda a vigência da cessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução da cessão, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da cessão, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da cessão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da cedente;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desta cessão, com habilitação e conhecimento adequados;

- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CEDENTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução da cessão;
- 10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.26. Não contratar, durante a vigência da cessão, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CEDENTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão da

cessão, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CEDENTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução da cessão;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da cessão;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso da CEDENTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução da cessão, como também permitir a inspeção periódica pelo cedente;

10.31.1. O CESSIONÁRIO deve restituir o imóvel no estado em que o está recebendo neste ato, ou seja, em perfeito estado de habitabilidade e conservação, pintado, com todas as instalações elétricas e hidráulicas em condições de uso. Obriga-se ainda a fazer, por sua própria conta, as reparações dos estragos a que der causa, consertos ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, excetuadas as que se refiram a benfeitorias necessárias. Fica o arrendatário ciente de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita da arrendadora, não cabendo ao arrendatário direito de retenção, mesmo que se trate de benfeitoria.

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pela cessão, devendo o CESSIONÁRIO relatar ao CEDENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.35. O cessionário não poderá ceder, mesmo gratuitamente, o imóvel cedido, transferir o

presente termo.

10.36. A cedente poderá dar por findo, de pleno direito, este termo, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, se o cessionário infringir obrigação legal ou descumprir qualquer cláusula ou condição do presente termo.

10.37. Todas as despesas de utilização da benfeitoria, tais como consumo de água, energia elétrica, gás, telefone, condomínio e taxa de limpeza pública, ficam a cargo do cessionário, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas épocas. As mesmas já foram calculadas e compõem o preço estimado para a cessão conforme Laudo de Avaliação nº 05/2025-RTSM, 12 de fevereiro de 2025.

10.38. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis”.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CESSIONÁRIO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CESSIONÁRIO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CESSIONÁRIO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CESSIONÁRIO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CEDENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CESSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CESSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo CEDENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.9.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. A cessão está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12.2. Será oferecida garantia ao cumprimento do presente termo, na modalidade caução, conforme a lei de licitações e contratos, no valor referente a um mês de aluguel, que será liberada ao final do presente termo, e quando em dinheiro atualizada monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução da cessão são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A cessão será extinta quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. A cessão poderá ser extinta antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CEDENTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a cessão não mais lhe oferece vantagem.

14.3. Fica estipulada a multa de 25% a 30% (vinte e cinco a trinta por cento) o valor da cessão de uso, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste termo, com faculdade assegurada à cedente de dar por rescindida a cessão de uso, independentemente de qualquer formalidade.

14.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CESSIONÁRIO pelo CEDENTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.5. Caso a notificação da não-continuidade da cessão de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção da cessão ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.6. A cessão poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9.1. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.2. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

14.9.3. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.4. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O CESSIONÁRIO poderá ainda:

14.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CEDENTE, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CESSIONÁRIO decorrentes da cessão.

14.12. A cessão poderá ser extinta caso se constate que o CESSIONÁRIO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade cedente ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da cessão, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.13. Esta cessão de uso tem caráter precário e poderá ser rescindida a qualquer tempo, quando o imóvel for necessário ao serviço público, devendo haver notificação ao cessionário, não cabendo ao mesmo direito a indenização, mesmo que se trate de benfeitoria necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CESSIONÁRIO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CEDENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Se trata de contrato de receita.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.2. O cessionário não poderá cobrar preços abusivos ou fora dos padrões de mercado na atividade de apoio de cantina.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da comarca da Seção Judiciária de Santo Ângelo/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. Para dirimir os conflitos originários deste termo, fica eleito o foro da justiça federal do município Santo Ângelo/RS. Pelo cessionário foi dito que aceita o presente termo tal como se acha redigido, comprometendo-se a cumprir fielmente todas as obrigações nele contidas. E, por assim se declararem ajustados e contratados, assinam a cedente, pelo seu representante, o Comandante do 1º Batalhão de Comunicações, e o cessionário, o Sr. (nome completo e por

extenso), juntamente com as testemunhas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 1º Batalhão de Comunicações

Representante legal da Cessionária